



Número: **0600828-69.2022.6.00.0000**

Classe: **AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Superior Eleitoral**

Órgão julgador: **Corregedor-Geral Eleitoral Ministro Mauro Campbell Marques**

Última distribuição : **22/08/2022**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Abuso, Abuso - De Poder Político/Autoridade**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA (PDT) - NACIONAL (AUTOR)		MARA DE FATIMA HOFANS (ADVOGADO) MARCOS RIBEIRO DE RIBEIRO (ADVOGADO) EZIKELLY SILVA BARROS (ADVOGADO) ANA CAROLINE ALVES LEITAO (ADVOGADO) WALBER DE MOURA AGRA (ADVOGADO) ALISSON EMMANUEL DE OLIVEIRA LUCENA (ADVOGADO)	
JAIR MESSIAS BOLSONARO (RÉ)			
WALTER SOUZA BRAGA NETTO (REPRESENTADO)			
Procurador Geral Eleitoral (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
15794 6430	22/08/2022 14:09	PETICAO.INICIAL.AJE.LIVE	Petição Inicial Anexa

**EXCELENTÍSSIMO MINISTRO CORREGEDOR-GERAL ELEITORAL DO
EGRÉGIO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, SENHOR MAURO LUIZ
CAMPBELL MARQUES**

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - PDT, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.719.575/0001-69, com sede na SAFS - Quadra 02 - Lote 03 (atrás do anexo do Itamaraty), Plano Piloto - Brasília/DF, CEP: 70042-900, neste ato representado por seu presidente nacional, **CARLOS ROBERTO LUPI**, brasileiro, solteiro, administrador, portador da cédula de identidade nº: 036289023, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob nº 434.259.097-20, com endereço eletrônico walberagraadv@uol.com.br, vem, respeitosamente, por seus advogados *in fine* assinados, constituídos mediante instrumento procuratório que segue em anexo (**doc. 01**), perante Vossa Excelência, com fundamento legal no art. 22 da Lei Complementar nº 64/1990, propor a presente

**AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL COM PEDIDO DE
MEDIDA LIMINAR DE URGÊNCIA**

em face de **JAIR MESSIAS BOLSONARO**¹, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 453.178.287-91, candidato à reeleição ao cargo de presidente da República, com endereço no Palácio da Alvorada, SPP Zona Cívico- Administrativa, Brasília, Distrito Federal, CEP 70.150-000, e de **WALTER SOUZA BRAGA NETTO**², brasileiro, candidato ao cargo de vice-Presidente da República, inscrito no CPF sob o nº 50021753768, portador da Cédula de Identidade nº 049.444.191-8 MDEB (DF), com endereço no Setor SHIS QI 15 Conjunto 8, 10 Setor de Habitações Individuais Sul, Brasília (DF), CEP 71635280, o que faz com espede nos pontos de fato e de Direito doravante articulados:

¹ RCand nº 0600729-02.2022.6.00.0000.

² RCand nº 0600730-84.2022.6.00.0000.



I. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

II DO CABIMENTO DA AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL

Mencione-se que o vídeo objeto de apuração nesta AIJE será entregue em pendrive mediante protocolo na Secretaria Judiciária deste Egrégio Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em razão do tamanho elevado da mídia, nos termos do art. 11, §5º, da Lei nº 11.419/2016 e do art. 14, §4º, da Resolução TSE nº 23.417/2014.

Dispõe o art. 22 da Lei Complementar nº 64/1990 que, “qualquer partido político, coligação, candidato ou Ministério Público Eleitoral poderá representar à Justiça Eleitoral, diretamente ao Corregedor-Geral ou Regional, relatando fatos, indicando provas, indícios e circunstâncias e pedir abertura de investigação judicial para apurar uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade, ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, em benefício de candidato ou de partido político”.

Essa norma confere efetividade à racionalidade subjacente ao estado constitucional que, segundo abalizada doutrina de Frederico Franco Alvim, **exige que o processo eleitoral seja substancialmente** – e não apenas formalmente – **democrático**, ou seja, “que atendam a criteriosos *standards* de integridade”, que, no espectro normativo, encerram-se na normalidade e legitimidade das eleições.³

Buscou-se, com isso, proteger a normalidade e a legitimidade do pleito, que são valores essenciais para a higidez do regime democrático (art. 14, §9º, da Constituição Federal de 1988), especificamente para que a verdade eleitoral seja refletida através das urnas. Daí a razão pela qual Rodrigo López Zilio salienta que “não pode haver qualquer

³ ALVIM, Frederico Franco. **Abuso de Poder Nas Competições Eleitorais**. Curitiba: Juruá, 2019. p. 46



elemento que desvirtue ou perturbe a livre autodeterminação do eleitor, já que a soberania popular é sustentáculo do princípio democrático”.⁴

O art. 19, parágrafo único, da Lei Complementar nº 64/90, reforça, por sua vez, que a necessidade de resguardar os referidos bens jurídicos tutelados quando acentua que “a apuração e punição das transgressões terão o objetivo de proteger a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou do abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta, indireta e fundacional da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.

Disso resulta que a **Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) tem por objetivo impedir e apurar a prática de atos que possam afetar a igualdade dos candidatos em uma eleição**, como nos casos de abuso de poder econômico, abuso de poder político e utilização indevida dos veículos e dos meios de comunicação social; impondo-se como sanção a denegação do registro de candidatura ou a cassação do diploma e a declaração de inelegibilidade por oito anos, a contar da eleição em que os ilícitos eleitorais foram perpetrados.⁵ Portanto, a Ação de Investigação Judicial Eleitoral configura-se como o instrumento processual vocacionado a combater qualquer tipo de abuso que interfira na normalidade do pleito, independentemente da adequação típica.

A jurisprudência deste e. TSE também sinaliza a viabilidade do manejo da AIJE para apurar e combater abusos praticados antes do período eleitoral e que possam influenciar de modo assaz intenso nas eleições, haja vista que a circunstância do ilícito ter ocorrido antes do período de campanha **não** descaracteriza a ocorrência de atos abusivos.⁶ Outrossim, tem-se que esta Corte Superior Eleitoral reconhece no registro de candidatura a conflagração do marco temporal inicial para o ajuizamento da demanda eleitoral apta a

⁴ ZÍLIO, Rodrigo López. **Direito Eleitoral**. 7. Ed. Salvador: Juspodvim, 2020. P. 649.

⁵ AGRA, Walber de Moura. **Manual prático de Direito Eleitoral**. 4. Ed. Belo Horizonte: Fórum, 2022. P. 361.

⁶ (RECURSO ORDINÁRIO ELEITORAL nº 060186816, Acórdão, Relator(a) Min. Luis Felipe Salomão, Publicação: DJE - Diário da justiça eletrônico, Tomo 41, Data 08/03/2021, Página 0).



aferição de ato de abuso de poder ou em razão do uso indevido dos meios de comunicação.⁷

Daí a razão pela qual o Partido Democrático Trabalhista (PDT) ajuíza a presente Ação de Investigação Judicial Eleitoral para que os atos abusivos perpetrados pelos Senhores Jair Messias Bolsonaro e Walter Souza Braga Netto sejam apurados, com a consequente punição nas iras do art. 22, inciso XIV, da Lei Complementar nº 64/1990.

II. DOS FATOS

Constitui fato público e notório que o Senhor Jair Messias Bolsonaro realiza transmissão via “lives”, todas as quintas-feiras, no Palácio do Planalto. As referidas transmissões têm por finalidade propagar os atos de Governo. Ocorre que, na última quinta-feira, 18 de agosto de 2022, o **Senhor Jair Bolsonaro utilizou da transmissão oficial para pedir votos, de maneira explícita, para si e para 17 (dezesete) aliados políticos**, chegando ao ápice de mostrar o “santinho” de cada um deles.

Como é cediço, **as referidas “lives” se destinam a uso institucional, pelas quais o ora Investigado**, enquanto detentor de cargo público, dialoga com a população acerca dos atos de gestão e recebe sugestões de melhoria, consoante asseverado pelo próprio Investigado, quando do anúncio das referidas “lives”. Colaciona-se:

⁷ (Recurso Especial Eleitoral nº 57611, Acórdão, Relator(a) Min. Tarcisio Vieira De Carvalho Neto, Publicação: DJE - Diário da justiça eletrônico, Tomo 073, Data 16/04/2019, Página 40/42).



Home > BRASIL

Bolsonaro anuncia lives no Facebook todas as quintas-feiras, às 18h30

Após se envolver em uma série de polêmicas ao longo da semana, o presidente anunciou que fará lives semanalmente para falar de assuntos variados

8

"Pretendemos toda quinta-feira, às 18h30, fazer uma live com os principais assuntos da semana e também as maiores dúvidas que surgirem nos comentários", anunciou o presidente. Ele disse que o objetivo é "dar uma resposta a todos vocês e buscar soluções". Também pediu que as pessoas apresentem propostas e ideias de "como atender população e deixar a vida mais fácil".

9

As transmissões ao vivo ocorrem **dentro das dependências privativas do Palácio do Planalto, com a utilização de todo o aparato e mobiliário do prédio público** na consecução desse fim, bem como **do intérprete de libras custeado pelo Erário**, de acordo as informações publicadas pelo jornal O Globo,¹⁰ senão vejamos:

Na primeira live após o início oficial da campanha eleitoral, o presidente Jair Bolsonaro (PL) pediu votos e exibiu santinhos de 17 candidatos, além de atacar a esquerda e exaltar ações do governo. A transmissão foi feita dentro do Palácio do Planalto, o que pode ensejar questionamentos no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), de acordo com especialistas em Direito eleitoral ouvidos pelo GLOBO.

Ocorre que a finalidade da "live" foi drasticamente desvirtuada, na medida em que transfigurou-se em comício on-line, com o pedido explícito de votos para 17 (dezesete) candidatos. Por pertinência, colaciona-se a matéria jornalística dando conta do fato:

⁸ Link: <https://exame.com/brasil/bolsonaro-anuncia-lives-no-facebook-todas-as-quintas-feiras-as-18h30/>

⁹ Link: <https://www.istoedinheiro.com.br/bolsonaro-anuncia-lives-no-facebook-todas-as-quintas-feiras-as-18h30/>

¹⁰ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/08/bolsonaro-pede-votos-e-exibe-santinhos-de-liados-durante-live-no-palacio-do-planalto.ghtml>. Acesso em 22 agosto 2022.





11

Apoio para seus candidatos. O presidente dedicou o fim de sua live para mostrar fotos, dizer os nomes, partidos, estados e números de urna dos candidatos que ele apoia nas eleições deste ano. No início da transmissão, o chefe do Executivo justificou que tais ações estão liberadas agora, em referência à propaganda eleitoral ter sido autorizada na terça-feira (16) pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Bolsonaro cumpriu agenda hoje fora de Brasília e não estava no

12

A referida “live”, **transmitida de dentro das dependências privadas do Palácio do Planalto**, durou quase 01:00 (uma) hora e foi publicada no canal do Youtube e do Facebook do ora demandado, que possui aproximadamente 3.800.000,00 (três milhões e oitocentos mil seguidores). Outrossim, a referida “live” conta com mais de 346.000,00 (trezentos e quarenta e seis mil) visualizações. Observe-se as transmissões:

¹¹ Link: <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/08/bolsonaro-pede-votos-e-exibe-santinhos-de-aliados-durante-live-no-palacio-do-planalto.ghtml>

¹² Link: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/08/18/live-bolsonaro-confusao-whey-marido-candidatos.htm>





13



14

Jair Messias Bolsonaro fez uma transmissão ao vivo.
22 h · 🌐

- Live da semana / PR Jair Bolsonaro (18/08/2022)



15

¹³ Link: <https://www.youtube.com/watch?v=ndeqFwu2FPE>

¹⁴ Link: <https://www.youtube.com/watch?v=ndeqFwu2FPE>

¹⁵ Link: https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/videos/5880812035280838/?extid=NS-UNK-UNK-UNK-IO5_GK0T-GK1C&reF=sharing



Note-se que, a partir dos 43:00 minutos da referida “live”, o candidato inicia sua fala aduzindo, em tom jocoso: “Rapidamente aí pessoal, vamos pro horário eleitoral gratuito, tá? Desculpa aí. Vai faltar gente, vão reclamar, mas vamos deixar pra semana que vem. Algumas candidaturas aí pelo Brasil que peço o apoio. Eu só vou divulgar candidatura pro senado e governador, e, assim, no estado que tiver mais de um candidato ao senado, ou mais de um candidato ao governador que estão nos apoiando, a nossa ideia é não abrir uma fissura ali”.

A partir dos 43:37 minutos, inicia-se, de fato, a campanha política:





Ora, denota-se de forma clarividente que o Senhor Jair Messias Bolsonaro utilizou de forma indevida a transmissão nas dependências privadas do Palácio do Planalto, cuja finalidade deveria ater-se tão somente aos atos de governo, para pedir



explicitamente votos para aliados políticos, em verdadeira violação à paridade de armas que deve reger o processo eleitoral, aos princípios da moralidade e impessoalidade positivados pela Magna Carta de 1988 e, ainda, à lisura e higidez do pleito, **uma vez que utilizou-se de vantagem indevida em razão do cargo público que ocupa, configurando-se, ainda, na prática de conduta vedada**, consubstanciando-se em um fato de extrema gravidade, apto a ser apurado na ambiência desta Ação de Investigação Judicial Eleitoral.

III. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E JURÍDICA

III.I DO ABUSO DE PODER POLÍTICO

O conceito de poder sempre esteve associado à determinação do seu titular, quando não havia formas institucionais ou organização política, haja vista que estava, naturalmente, associado à noção de força, razão qual, conseqüentemente, as características de sua utilização mudavam conforme a titularidade do poder.¹⁶ Com a consolidação do Estado Democrático de Direito, a titularidade do poder político passa a pertencer à soberania popular, na qual o povo exerce o seu papel principal, obrigando o dirigente a esquadrihar suas atividades de acordo com os estatutos normativos vigentes, que encontram legitimidade na soberania popular.¹⁷

O abuso de poder denota aspecto vicioso do ato administrativo, que configura arbitrariedade na conduta do administrador, eivando o ato de nulidade.¹⁸ Trata-se de aberração da discricionariedade da qual é detentor o administrador *da res publica*, que se inclina ao interesse pessoal, ab-rogando com sua conduta o interesse da Administração.¹⁹ Trata-se de gênero que se bifurca nas espécies de excesso, omissão e desvio de finalidade.

¹⁶ KELSEN, Hans. **Teoria geral do direito e do estado**. 2. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995. P. 250.

¹⁷ VIVANCO, Ángela. **Las libertades de opinión y de información**. Santiago: Andrés Bello, 1992. P. 307.

¹⁸ TÁCITO, Caio. O desvio do poder no controle dos atos administrativos, legislativos e jurisdicionais. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 228, p. 2, abr./jun. 2002.

¹⁹ CRETELLA JÚNIOR, José. Sintomas denunciadores do “desvio de poder”. **Revista da Faculdade de Direito da USP**, v. 71, p. 79, 1976.



O abuso de poder pela modalidade do excesso se configura todas as vezes em que há uma afronta ao elemento normativo, de forma direta ou indireta, em razão de que o sujeito extrapolou suas prerrogativas, indo além do que lhe era permitido legalmente. Como a legalidade é a sacramentação do Estado Social Democrático de Direito, pune-se toda a conduta em que há uma atuação em uma seara que ultrapassa os limites legais. Configura-se em um vício de competência, consubstanciando o abuso pela inexistência de atribuição legal para o ato.²⁰

Os representantes do poder ostentam apenas a qualidade de mandatários, de modo que o exercício abusivo põe em perigo os direitos do povo -e, assim, a própria constituição do Estado- e a democracia substantiva.²¹ O **desvio de poder**, ou *détournement de pouvoir* representa um limite ao poder discricionário pelo lado dos fins, dos motivos da Administração.²² Ele, por sua vez, ocorre quando uma autoridade manuseia o poder discricionário com o fito de atingir fim diverso do que se estima no interesse público previsto na Constituição ou em lei.²³ **Assim, haverá desvio de poder sempre que o agente atuar com finalidade diversa da perseguida em lei, ainda que não seja contrário ao ordenamento de forma direta.**²⁴ Esse tipo de abuso de poder faz emergir ato cujo fim é absolutamente incompatível com o espírito de Justiça e imparcialidade que deve nortear os atos do agente público.²⁵

²⁰ RIVERO, Jean. **Droit Administratif**. Paris: Dalloz, 2011. p. 247.

²¹ CHOMSKY, Noam. **Failed States: the abuse of power and the assault on democracy**. New York: Henry Holt and Company, 2006. P. 22.

²² QUEIRÓ, Afonso Rodrigues. A teoria do desvio de poder em Direito Administrativo. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, nº 7, p. 62-63, jan./mar. 1947.

²³ DI PIETRO, Maria Sylvania Zanella. **Direito Administrativo**. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2015. p. 253.

²⁴ GORDILLO, Agustín. **Tratado de derecho administrativo**. 5. ed. Buenos Aires: Fundación de Derecho Administrativo, 2000. p. 23-24.

²⁵ CRETILLA JÚNIOR, José. Sintomas denunciadores do “desvio de poder”. **Revista da Faculdade de Direito da USP**, v. 71, p. 79, 1976.



Ao transpor essas digressões para o campo do Direito Eleitoral, tem-se as hipóteses de abuso de poder (econômico, político, de autoridade e por uso indevido de meios de comunicação), que ocorrem quando se ultrapassam os limites previstos para certas condutas, em ordem a abalar a legitimidade e a normalidade do pleito. O **abuso de poder político** ocorre quando o agente público, valendo-se de condição funcional e em manifesto desvio de finalidade, desequilibra a disputa em benefício de sua candidatura ou de terceiros.²⁶ Isso porque o “poder político encontra origem no exercício de prerrogativas de direção ostentadas por sujeitos que ocupam determinadas posições na burocracia do Estado”.²⁷

Essa conduta que estorva a vontade do eleitor configura-se quando a normalidade e a legitimidade das eleições são comprometidas por condutas de agentes públicos que esboçam condutas em nítido desvio de finalidade para densificar as forças de suas candidaturas. Para que haja a devida configuração do abuso de poder político em determinado caso concreto é necessário que, além da prova da sua materialização, estejam presentes ação, omissão ou desvio de finalidade de ato da Administração Pública e a gravidade da conduta. Para averiguar a gravidade, verifica-se a capacidade de o fato apurado como irregular desequilibrar a igualdade de condições dos candidatos à disputa do pleito, ou seja, de as apontadas irregularidades impulsionarem e emprestarem força desproporcional à candidatura de determinado candidato de maneira ilegítima.²⁸

²⁶ (RECURSO ORDINÁRIO ELEITORAL nº 172977, Acórdão, Relator(a) Min. Benedito Gonçalves, Publicação: DJE - Diário da justiça eletrônico, Tomo 70, Data 22/04/2022). “Este Tribunal reconhece que “[o] abuso de poder político, para fins eleitorais, configura-se no momento em que a normalidade e a legitimidade das eleições são comprometidas por condutas de agentes públicos que, valendo-se de sua condição funcional, beneficiam candidaturas, em manifesto desvio de finalidade” (RCED 661/SE, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, DJE de 16/2/2011, dentre outros). (RECURSO ORDINÁRIO ELEITORAL nº 729906, Acórdão, Relator(a) Min. Luis Felipe Salomão, Publicação: DJE - Diário da justiça eletrônico, Tomo 230, Data 14/12/2021)

²⁷ (RECURSO ESPECIAL ELEITORAL nº 69853, Acórdão, Relator(a) Min. Sergio Silveira Banhos, Relator(a) designado(a) Min. Edson Fachin, Publicação: DJE - Diário da justiça eletrônico, Tomo 185, Data 16/09/2020, Página 0)

²⁸ AGRA, Walber de Moura. **Manual prático de Direito Eleitoral**.4. Ed. Belo Horizonte: Fórum, 2022. P.308.



No caso em apreço, o Senhor Jair Messias Bolsonaro, valendo-se de sua condição funcional de Presidente da República utilizou-se de sua “live” tradicional das quintas-feiras, **gravada nas dependências privativas do Palácio do Planalto**, para pedir, explicitamente, votos em prol de candidaturas aliadas à sua. Esclareça-se que, o espaço sempre serviu para reverberar atos de gestão passando, portanto, o canal a ser um *longa manus* da própria Administração Pública o que implica, inexoravelmente, no uso da máquina pública em prol de diversas candidaturas em total acinte a paridade de armas.

Não se faz necessário empreender esforços desmedidos para vislumbrar que o **Senhor Jair Messias Bolsonaro desvirtuou a realização do ato de governo para realizar propaganda política para terceiros**. Isso dito, não há como não perceber a presença de laços inquebrantáveis da conduta do ora Investigado com as Eleições 2022, no que não se pode, bem por isso, permitir a desvirtuação da atuação legítima estatal para confortar ânimos eleitorais e escusos do Chefe de Estado.

Outrossim, também é indene de dúvidas que o Senhor Jair Messias Bolsonaro ultrapassou as lindes do exercício regular das atitudes escorreitas de um Chefe de Estado para conduzir a referida “live” para um viés eleitoral, com a finalidade política de atrair cidadãos e cidadãs interessados nos atos de gestão e depois fustigá-los com propaganda política, **tudo isso nas dependências privativas do Palácio do Planalto**.

Há, na espécie, hipótese clara de desvirtuamento de poder, perfectibilizando-se o abuso. **Explica-se**. De acordo com o comando vertido do art. 37, §1º, da Constituição Federal de 1988, “a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos”.

O que ocorreu foi a desvirtuação da “live”, que deveria estar umbilicalmente interligada ao interesse público. Mais ainda, utilizou-se de todo aparato estatal para



estruturar a transmissão, **especificamente porque a gravação e transmissão foi realizada nas instalações privativas do Palácio do Planalto**, com utilização, inclusive, de intérprete de libras. Assim, ressurte inequívoco o abuso de poder político constante no presente caso, pelo que a responsabilização do ora investigado é medida que se impõe.

III. DA CONDUTA VEDADA (ART. 73, INCISO I, DA LEI Nº 9.504/1997)

Como é cediço, A igualdade é fruição lógica do primado da liberdade, sendo um pressuposto incontroverso da própria noção de Justiça. É que o Estado democrático de direito abomina os casuísmos, as ofensas à isonomia, pois este ataca fundo um objetivo básico que se visou a preservar através do princípio da legalidade, isto é, a vedação as perseguições e favoritismo, cortesias e conchavos, cuja eliminação é objetivo imprescindível e máximo do Estado de Direito.²⁹

Tal noção de isonomia alcança o seu apogeu na própria temática do Direito Eleitoral, mormente pelo fato deste ramo do Direito ser vocacionado a garantir na esfera do processo eleitoral, isto é, na esfera do processo de alternância do poder, que todos os aspirantes a cargos político eletivos possam contar com as mesmas oportunidades e instrumentos, na disputa, impedindo, desse modo, a prática do abuso de poder político e econômico, que favorece determinados candidatos que têm o apoio da máquina pública, em detrimento do interesse público e da própria lisura que deve ser inerente ao pleito.

Ensina a Professora Eneida Desiree Salgado que, o princípio constitucional da máxima igualdade entre os candidatos reflete-se no princípio republicano e na ideia de igualdade construída na Constituição, que impõe uma regulação das campanhas eleitorais, alcançando o controle da propaganda eleitoral, a neutralidade dos poderes públicos, a vedação do abuso do poder econômico e a imparcialidade dos meios de

²⁹ MELLO. Celso Antonio Bandeira de. **Eficácia das normas constitucionais e direitos sociais**. São Paulo, Malheiros, 2009, p. 45.



comunicação.³⁰ Daí a razão pela qual o Professor Canotilho assevera que, no processo eleitoral, a igualdade exige uma disputa em paridade de armas, na medida em que este princípio representa uma dimensão fundamental do princípio da igualdade de oportunidades.³¹

O princípio da paridade de armas, por isso mesmo, é o **bem jurídico tutelado pelas normas referentes às condutas vedadas nas eleições (artigos 73 e seguintes da Lei nº 9.605/1997)**. O cerne para a vedação de determinadas condutas a gestores públicos em campanhas eleitorais é impedir que a utilização da máquina pública possa desequilibrar o pleito em prol dos detentores de poder público, já que esses agentes, de forma absoluta, possuem parcela razoável de poder. Em tese, esses agentes deveria utilizar as suas prerrogativas para concretização dos interesses públicos, sem distinguir os cidadãos abrangidos pelas medidas. Não obstante, como as campanhas eleitorais apresentam custo elevado, os gestores governamentais tendem a usar a máquina pública para auferir proveitos pessoais e utilizá-la antes e no decorrer do certame.³²

De acordo com o art. 73, inciso I, da Lei nº 9.504/1997, são proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, **ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta da União**, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, ressalvada a realização de convenção partidária. Na hipótese vertente, **o ora Investigado utilizou das dependências privadas do Palácio do Planalto – que não são acessíveis para utilização pelos demais candidatos –, bem como também **de todo aparato estatal para desenvolver e difundir o conteúdo verbalizado na referida “live”, o que *per se* revela incontestável acinte ao princípio da isonomia.****

³⁰ SALGADO, Eneida Desiree. **Princípios constitucionais eleitorais**. Belo Horizonte: Fórum, 2010. P. 178.

³¹ CANOTILHO, J.J. Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. 7. Ed. Coimbra: Livraria Almedina, 2003. P. 321.

³² AGRA, Walber de Moura; VELLOSO, Carlos Mário da Silva. **Elementos de Direito Eleitoral**. 7. Ed. São Paulo: Saraiva, 2020. P. 386.



Conforme preleciona Igor Pereira Pinheiro, “o uso conluiado de qualquer bem público, incluindo-se os de uso comum do povo, em benefício de partido, candidato ou coligação, configura-se a conduta vedada do art. 73, I, da Lei nº 9.504/1997.”³³

Isso dito, cite-se que a jurisprudência desta Corte Superior Eleitoral é uníssona no sentido de que “as condutas vedadas são cláusulas de responsabilidade objetiva, dispensando a comprovação de dolo ou culpa do agente”.³⁴ **Inegável, portanto, a incidência no referido proibitivo legal.** Porém, faz-se necessário analisar esta conduta vedada de forma sistêmica, incluída na miscelânea dos atos narrados nesta petição inicial, de modo que a violação aos bens jurídico tutelado, na espécie, faz-se pulsante e presente.

IV. DA MEDIDA LIMINAR DE URGÊNCIA

Já não é novidade que o interstício temporal consubstanciado entre a instauração do processo e o proferimento de provimento definitivo apresenta demasiados percalços, em ordem a inviabilizar a efetiva realização de direitos. Para Fernando Horta Tavares, “o tempo teria um fluir vagaroso, que é incompatível com o virtuoso acesso à ordem jurídica justa”.³⁵ Existem situações em que o tempo utilizado para obtenção da certeza processual com a tutela final é tão grande que o próprio titular do direito terá sucumbido. Em outros casos, o jurisdicionado que buscou amparo no Poder Judiciário apenas observa inerte o perecimento do direito que buscou tutelar. Partindo dessas premissas, Marcelo Abelha assevera que o tempo é amigo da estabilidade da situação lamentada, no que quanto mais o processo demora para efetivar o resultado pretendido, tanto mais tempo permanecerá de pé a situação injusta, causando danos ao longo do seu curso.³⁶

³³ PINHEIRO, Igor Pereira. **Condutas Vedadas aos Agentes Públicos em ano eleitoral**. 4ª ed. Leme/SP: Mizuno, 2022. p. 247.

³⁴ (Recurso Especial Eleitoral nº 38704, Acórdão, Relator(a) Min. Edson Fachin, Publicação: DJE - Diário da justiça eletrônico, Tomo 183, Data 20/09/2019, Página 55/56).

³⁵ TAVARES, Fernando Horta. Tempo e processo. In: TAVARES, Fernando Horta (Coord.). Urgências de Tutela: processo cautelar e tutela antecipada. Curitiba: Juruá, 2007. P. 111.

³⁶ ABELHA, Marcelo. **Manual de direito processual civil**. 6. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016. P. 382.



No caso vertente, a **probabilidade do direito** ressoa incontestemente, especialmente diante da demonstração de violação à Lei Complementar nº 64/90, à Lei nº 9.504/1997, ao art. 9º-A da Resolução TSE nº 23.610/2019. Já o **perigo de dano** perfectibiliza-se pelo potencial da conduta perpetrada pelo Representado continuar a estorvar e macular a integridade do processo eleitoral, máxime em razão do meio de veiculação do ilícito perpetrado no Palácio do Planalto, qual seja, nas redes sociais que contam com amplo número de seguidores e engajamento impossível de se mensurar. Vale dizer, não se pode permitir que a postagem continue a ser albergada e difundida através da *internet*, o que inevitavelmente ocasionará acintes à normalidade e à legitimidade do pleito.

V. DOS PEDIDOS

Pelo fio do exposto, **requer** a Vossa Excelência o seguinte:

- a) A concessão de medida liminar *inaudita alter pars* para determinar que os Investigados e a empresa provedora e controladora do Instagram e do Facebook, promovam a imediata retirada da postagem objeto desta AIJE, que se encontra albergada nos seguintes links: < <https://www.youtube.com/watch?v=ndeqFwu2FPE> > e < https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/videos/5880812035280838/?extid=NS-UNK-UNK-UNK-IOS_GK0T-GK1C&ref=sharing > ; sob pena de imputação em crime de desobediência e multa a ser arbitrada por Vossa Excelência, dobrando-se a cada reincidência, nos termos do art. 22, inciso I, *b*, da LC nº 64/90;
- b) A notificação dos Investigados para apresentem defesa no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos do art. 22, inciso I, *a*, da LC nº 64/90;
- c) O envio dos autos ao Ministério Público Eleitoral para emissão de parecer;



d) A confirmação da medida liminar, caso deferida, com a remoção definitiva dos vídeos dispostos nos itens *a* e *a.1*, a declaração da inelegibilidade dos Investigados, além da cassação do registro ou do diploma, pela prática de abuso de poder político (art. 22, inciso XIV, da LC nº 64/90).

Por fim, protesta provar o alegado através de todos os meios de prova admitidos em Direito.

Nestes termos, pede deferimento.

Brasília (DF), 21 de agosto de 2022.



WALBER DE MOURA AGRA
OAB/PE 757-B

EZIKELLY BARROS
OAB/DF 31.903

ALISSON LUCENA
OAB/PE 37.719

MARCOS RIBEIRO DE RIBEIRO
OAB/RJ 62.818

MARA HOFANS
OAB/RJ 68.152

ANA CAROLINE LEITÃO
OAB/PE 49.456

